



## No caminho dos documentos: mobilidade e política entre os Yuhupdeh

Michel Paes Barbará<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho pretende discutir os usos e as apropriações de documentos escritos como forma de ação política pelos Yuhupdeh, povo indígena do Alto Rio Negro. A incorporação de conhecimentos e tecnologias tornou-se fundamental para as formas de organização e mobilização política dos movimentos indígenas, como a proteção dos territórios por meio de técnicas cartográficas que permitem traduzir os modos de viver e habitar indígenas, servindo tanto para a proteção como para a gestão ambiental e territorial. Do mesmo modo, as experiências indígenas de apropriação da escrita e da burocracia como tecnologias ou conjunto de técnicas capazes de agir sobre pessoas e coisas possibilitam estabelecer certos paralelos entre modos de ação encontrados em contextos rituais, formas de mobilidade territorial e discursos e práticas políticas. Na região do Alto Rio Negro, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), uma das maiores associações indígenas no Brasil, evidencia a importância do agenciamento da lógica burocrática e da manipulação de documentos escritos como forma de fazer política. Por outro lado, os usos e as apropriações da escrita não se dão apenas no âmbito dos movimentos indígenas institucionalizados, mas a partir das próprias comunidades que agenciam os documentos e a lógica burocrática como forma de criar canais de comunicação com agências e agentes estatais em torno de direitos, denúncias e solicitações. Os Yuhupdeh, caracterizados pela intensa mobilidade territorial, passaram a realizar viagens cada vez mais frequentes a São Gabriel da Cachoeira (AM) na última década, após a ampliação do acesso a empregos e benefícios sociais, assim como aumentaram a participação política e as demandas por projetos específicos para suas comunidades, o que ocasionou algumas transformações na relação com o território e com outros grupos indígenas na região. Nesse sentido, o trabalho pretende discutir como a produção e a circulação de documentos escritos relacionam-se com as formas de mobilidade territorial e os discursos e práticas políticas dos Yuhupdeh, considerando tanto as relações com o Estado como as relações com outros grupos regionais.

Palavras-chave: Yuhupdeh; Alto Rio Negro; Documentos; Mobilidade territorial; Política

### Introdução

Desde a demarcação da T.I. Alto Rio Negro na década de 1990, os coletivos Yuhupdeh e Hupd'äh ampliaram sua participação política no contexto regional em busca de políticas públicas e projetos em saúde, educação e cultura específicos para suas comunidades (Moreira

---

<sup>1</sup> Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos - PPGAS/UFSCar

Serra 2017). Mais recentemente, o número de professores e agentes de saúde cresceu, assim como a participação em programas e benefícios sociais do Governo Federal. Após a abertura de uma agência do INSS em 2014, a busca por documentação básica e benefícios sociais assistenciais e previdenciários tornou-se um dos principais motivos para as viagens regulares à cidade durante o período de férias escolares, momento em que os professores também precisam cumprir algumas exigências burocráticas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). As viagens mais frequentes à cidade começaram a partir de 2010, alcançando seu ápice com a abertura da agência do INSS, embora tenham sido os mutirões de documentação básica realizados em Pari-Cachoeira e Iauaretê em meados de 2013 que estabeleceram um ambiente propício à presença massiva de agrupamentos Yuhupdeh e Hupd'äh em São Gabriel da Cachoeira (Marques 2015: 238; Moreira Serra 2017: 145).

As interações com agências estatais, ONGs e demais atores aumentaram o escopo de processos burocráticos com os quais esses grupos passaram a lidar, e os documentos tornaram-se mediadores centrais para as relações estabelecidas com o “mundo dos brancos”. Diferentes coletivos Yuhupdeh e Hupd'äh têm se engajado na busca por melhores condições infraestruturais para as comunidades, articulando o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos e cartilhas escolares na própria língua. Como entre os demais coletivos indígenas da região, a educação escolar sempre esteve presente nas demandas políticas dos Yuhupdeh, embora só viessem a ter professores a partir de 2006 (Junio Felipe 2018), contando atualmente com ensino fundamental, médio e EJA nas escolas comunitárias. As demandas em torno da saúde também se intensificaram, incluindo a instalação de um DSEI específico e a contratação de Agentes de saúde indicados pela própria comunidade, como forma de atender e entender as necessidades específicas desses coletivos. Além dessas reivindicações, a instalação de um sistema de radiofonia para melhorar a comunicação a distância e formas de transporte para facilitar e reduzir os custos das viagens a São Gabriel da Cachoeira aparecem com frequência, evidenciando o contexto contemporâneo dos coletivos Yuhupdeh e Hupd'äh, especialmente as formas de mobilização política e mobilidade territorial.

Os coletivos Yuhupdeh e Hupd'äh vêm consolidando sua participação política através do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), reivindicando direitos políticos e sociais, bem como trabalhos de registro e salvaguarda de conhecimentos tradicionais, caminhos, trilhas, lugares sagrados e sítios antigos, além de trabalhos de etnomapeamento e etnozoneamento (Junio Felipe 2018). Os PGTA constituem a principal ferramenta da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial nas Terras Indígenas (PNGATI), instituída em 2012 a partir da

portaria 7747/6/12. Na região do alto rio Negro, os PGTAs são resultado de um processo de construção coletiva em que participam lideranças, jovens, homens e mulheres das diferentes sub-regiões, comunidades e Terras Indígenas. O Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Alto e Médio rio Negro (PGTA WASU) foi produzido a partir da parceria entre a FOIRN, o Instituto Socioambiental (ISA), a CR-FUNAI do rio Negro, e o Instituto Chico Mendes para a Conservação e Biodiversidade (ICMBio). Entre 2015 e 2018 aconteceram mais de 50 encontros, oficinas inaugurais, oficinas do Grupo de Trabalho PGTA, consultas nas comunidades e validações em assembleias regionais das Coordenadorias, Assembleia Geral e Conselho Diretor da FOIRN (FOIRN 2021). Embora menos organizados institucionalmente que os coletivos Tukano Oriental e Aruak, os Naduhup vêm marcando sua presença nos PGTAs, que condensam um conjunto heterogêneo de reivindicações desses coletivos.

Durante minha pesquisa de campo em São Gabriel da Cachoeira em 2019, acompanhei diversos processos burocráticos em instituições públicas e privadas com os Yuhupdeh. Contudo, a experiência com documentos entre os Yuhupdeh não se resume ao cumprimento de exigências burocráticas nas instituições públicas e privadas em São Gabriel da Cachoeira ou mesmo às atividades dos professores. Além das demandas levadas à discussão por grupos Yuhupdeh e Hupd'äh nos PGTAs, documentos escritos à mão, chamados de “relatórios” e “listas”, têm sido usados para estabelecer comunicação com o poder público, realizando comunicados, solicitações e reivindicações para as comunidades, contando algumas vezes com a colaboração de pesquisadores e coletivos com os quais esses grupos têm se engajado. Nos trabalhos mais recentes sobre coletivos Yuhupdeh e Hupd'äh, esses artefatos textuais aparecem com certa frequência mediando demandas encaminhadas a instituições públicas diretamente ou por meio de antropólogos (Ramos 2013; Moreira Serra 2017; Junio Felipe 2018). O que chama a atenção nos documentos escritos pelos Yuhupdeh e Hupd'äh é a apreensão da forma burocrática nas relações mediadas por documentos escritos, ressaltando suas dimensões materiais, estéticas e performativas (Riles 2006; Hull 2012). Não parece se tratar apenas de passar informações para o papel, mas de agenciar a forma burocrática para garantir a eficácia dos pedidos realizados ao poder público por meio de documentos escritos, manipulando os papéis dos brancos.

Recentemente, pesquisas etnográficas com povos indígenas em diferentes contextos amazônicos têm enfatizado o manejo de documentos nas interações com não indígenas, como o acesso a políticas de transferência de renda e programas sociais (Allard 2012; Walker 2016; Penfield 2016; Gonçalves Martín 2016), assim como em negociações com agências estatais e

companhias hidrelétricas em projetos de desenvolvimento (Nahum-Claudel 2016). Esse conjunto de etnografias tem mostrado certos paralelos entre os usos e as apropriações dos documentos e certos modos de ação e influência encontrados em contextos rituais, práticas políticas e ideologias de linguagem (Walker 2016; Nahum-Claudel 2016), assim como novas formas de mobilidade física e social (Penfield 2016; Gonçalves Martín 2016). As experiências de povos indígenas, confrontando ou buscando se apropriar da burocracia como uma tecnologia particular ou um conjunto de técnicas capaz de agir sobre pessoas e coisas, extraíndo, compelindo ou persuadindo, podem contribuir para deslocar as análises etnográficas das narrativas de modernização e controle que obscurecem a criatividade com a qual esses povos lidam com novos desafios e novas oportunidades, bem como superar o conceito abstrato e abrangente de burocracia ao evidenciar as dimensões performativas e os efeitos pragmáticos da circulação desses artefatos materiais em diferentes formas de organização social (Allard & Walker 2016).

Se nosso objetivo é discutir os documentos e a burocracia a partir dos Yuhupdeh, considerar os contextos de produção e circulação de documentos escritos é fundamental para compreender os usos e as apropriações desses artefatos materiais, bem como o lugar que esses artefatos ocupam no modo de vida contemporânea desses coletivos. Tanto a produção de listas e relatórios como as demandas materializadas nos PGTA's indicam a relevância conferida à escrita e aos documentos nas relações com o mundo dos brancos. Nesse sentido, o objetivo é discutir os usos e as apropriações da lógica burocrática e dos documentos escritos, considerando suas implicações nas práticas políticas e nas formas de mobilidade territorial dos Yuhupdeh. Tomando como referência as etnografias recentes a respeito desses coletivos e suas experiências com documentos e burocracia, é fundamental considerar o lugar desses artefatos materiais na produção de pessoas, grupos e territórios, especialmente suas implicações para as relações sociopolíticas no sistema social regional. Em que medida os usos e apropriações da lógica burocrática materializam modos de ação e influência nos discursos e práticas políticas dos Yuhupdeh? Como os documentos produzem formas de mobilidade características do xamanismo no alto rio Negro? Essas e outras questões que procuro discutir neste trabalho.

### **Burocracia, documentos e a escrita dos brancos**

Recentemente, a literatura antropológica tem conferido particular atenção à dimensão material e estética dos documentos (Riles 2006; Hull 2012a, 2012b). Alguns antropólogos têm dado atenção à vida social dos documentos, analisando suas formas de organização,

manipulação, arquivamento e circulação, assim como a dimensão afetiva das relações com os papéis oficiais, enquanto outras abordagens exploram os documentos como instrumentos centrais em disputas e demandas colocadas por sujeitos e coletividades na relação com agentes e agências estatais (Ferreira & Lowenkron 2020). A burocracia e as práticas de documentação são aspectos centrais do encontro e da forma como a população percebe e imagina os estados nacionais (Sharma & Gupta 2006), sendo através dessas práticas que o Estado é efetivamente produzido, não meramente como uma forma de regulação burocrática, mas como uma presença espectral materializada nos documentos (Das & Poole 2004). Diferentemente das conotações de cidadania e direitos que carregam atualmente, os documentos estão historicamente associados ao controle do trabalho nativo desde o período colonial, atravessando o ciclo de exploração da borracha no final do século XIX, marcado pelo sistema de aviamiento, no qual os “cadernos” de dívidas dos patrões figuravam como “artefatos administrativos”, possibilitando o controle sobre o trabalho através do endividamento sistemático (Hugh-Jones 1992; Allard & Walker 2016; Meira 2018).

No contexto de promoção da cidadania por meio do acesso a programas sociais e políticas de distribuição de renda, os documentos podem representar tanto uma forma de controle como um fonte de empoderamento para povos indígenas, como mostra Gordillo (2006), ao analisar os documentos de identidade (ID-papers) entre os Toba e Wichí do Chaco argentino, conjugando aspectos da cidadania e dos direitos representados pelos documentos e as formas de dominação do Estado por meio dessas “tecnologias de poder” (2006: 2). Nesse sentido, trazer os documentos para o centro da análise se faz como a “resposta etnográfica” (Riles 2006) aos processos semióticos e sociomateriais envolvidos na produção e circulação desses artefatos nas práticas e discursos políticos de coletivos indígenas (Hull 2012b). Ao mesmo tempo, possibilita uma etnografia de práticas, lugares e linguagens localizadas às margens espaciais e sociais do Estado-nação, contribuindo para compreender como as práticas e políticas da vida moldam as práticas políticas reguladoras e disciplinares que constituem o que chamamos de “Estado” (Das & Poole 2004: 3). Seguindo Hull (2012b), os documentos devem ser compreendidos como “artefatos gráficos” que medeiam e moldam processos semióticos e sociomateriais, sendo menos importantes por aquilo que representam do que por sua forma de organizar as pessoas em torno de si e materializar articulações entre elementos heterogêneos, constituindo e sendo constituídos por associações entre pessoas, coisas e lugares. Afinal, se há muito tempo o discurso é concebido como um denso mediador entre os sujeitos e o mundo, os artefatos gráficos não podem ser concebidos como meros portadores do discurso,

mas como mediadores que moldam o significado dos signos linguísticos neles inscritos (Hull 2012b: 13).

Em se tratando dos coletivos Naduhup, os primeiros documentos foram inseridos pelos missionários salesianos no contexto de “civilização dos Maku”, promovendo a escolarização em português, realizando registros de batismo com nomes e sobrenomes estrangeiros, assim como estabelecendo as respectivas posições de autoridade no interior da organização das comunidades, como “capitão”, “animador”, “catequista” e “professor” (Marques 2015). A década de 1970 apresenta-se como um ponto de inflexão para os Naduhup, marcado por mudanças de conceitos e práticas dos salesianos, que tomaram esses coletivos como objetos de atenção especial das ações missionárias. O modelo de “catequese e civilização” utilizado entre os índios do rio desde o início do século XX, baseado nos “povoados-missão”, foi estendido aos povos Naduhup, iniciando um movimento de concentração demográfica e sedentarização (Athias 1995; Marques 2015). Movidos pelo discurso de “desenvolvimento comunitário” e “promoção humana e social” dos Maku, índios “primitivos” e “atrasados”, os missionários conduziram uma série de transformações no modo de vida e na organização social desses coletivos. Seguindo o modelo das “comunidades eclesiais de base”, os missionários tentaram promover a autonomia produtiva das comunidades indígenas com projetos de diversificação agrícola, formação de cooperativas e criação de animais (Andrello 2004; Marques 2015). A política de concentração demográfica nos povoados-missão impactou profundamente o modo de vida desses grupos, sem, no entanto, obter os resultados esperados pelos salesianos, ocasionando escassez de alimentos e proliferação de doenças (Athias 1995; Pozzobon 2011; Marques 2015).

A década de 1970 marca um conjunto de significativas transformações na região do rio Negro, principalmente depois que o Governo Federal anunciou o Plano de Integração Nacional em 1970, projetando a realização de obras de infraestrutura e colonização na Amazônia. O mesmo período é marcado pela penetração de brancos nos territórios indígenas, representando os interesses da segurança nacional e das empresas mineradoras, no contexto de ocupação econômica e militar da fronteira acompanhada pela assimilação e redução das áreas indígenas (Wright 2005). Na transição dos anos 80 para os anos 90, houve uma sequência de mudanças significativas na região do alto rio Negro, como a decadência do garimpo, o enfraquecimento da presença salesiana e o surgimento das associações indígenas, iniciando um período de valorização cultural e pautas em torno da demarcação de terra pelo movimento indígena da região. A educação escolar foi uma das principais demandas do movimento indígena a partir de

1990, quando o processo educacional deixou de estar sob a condução dos salesianos, disseminando-se experiências de educação diferenciada com alfabetização nas línguas nativas e valorização das formas de produção e registro do conhecimento indígena. A educação, que durante muito tempo funcionou como um mecanismo de assimilação nas ações missionárias em escala local, e da política indigenista em escala nacional, passou a ser uma das principais demandas do movimento indígena, embora os Yuhupdeh só viessem a formar professores em 2006 (Junio Felipe 2018).

É importante ressaltar que as transformações na região do alto rio Negro, especialmente o fortalecimento do movimento indígena representado pela FOIRN<sup>2</sup>, acompanham um conjunto de mudanças na ordem jurídica da política indigenista em escala nacional, que passou do caráter integracionista e tutelar, baseado no assistencialismo, para o discurso de promoção da cidadania indígena, respaldado na constituição de 1988 (Machado 2012). Se o principal objetivo antes do novo marco constitucional era assimilar as populações indígenas à sociedade nacional, o discurso em torno dos direitos indígenas passou a ocupar o centro do debate da política indigenista no período de redemocratização. No mesmo período, povos indígenas em escala mundial começaram a se constituir gradualmente como sujeitos políticos diante dos projetos nacionais de modernização, reagindo às políticas preconizadas por organizações multilaterais, como o Banco Mundial e Bancos de desenvolvimento regionais (Albert 2014). A articulação entre os movimentos indígenas e os diferentes setores do indigenismo materializou-se na constituição de 1988, trazendo inovações conceituais fundamentais no que diz respeito ao abandono da perspectiva assimilacionista da política indigenista, e aos direitos sobre a terra, compreendidos como direitos originários (Sztutman 2013). Nesse sentido, a constituição de 1988 assegurou a autodeterminação sociocultural e política dos povos indígenas, reconhecendo-os não apenas como cidadãos brasileiros de pleno direito, mas como beneficiários de políticas públicas específicas. A luta por direitos, por sua vez, torna visível a trama de relações envolvendo uma multiplicidade de atores nacionais e internacionais, locais e globais, humanos e não humanos, no contexto de diferentes estratégias de territorialização associadas a projetos políticos e econômicos do Estado e algumas formas de resistência e mobilização dos grupos indígenas (Albert 1995).

---

<sup>2</sup> A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro é uma das maiores e mais antigas associações indígenas do Brasil formada na década de 80.

A incorporação de conhecimentos e tecnologias tornou-se fundamental para as formas de organização e mobilização política dos movimentos indígenas, como a proteção dos territórios por meio de técnicas cartográficas, etnozoneamento e etnomapeamento, as quais permitem traduzir os modos de viver e habitar indígenas, servindo tanto para a proteção como para a gestão ambiental e territorial, como demonstram os diversos trabalhos realizados nos PGTAs. Do mesmo modo, as experiências indígenas de apropriação da escrita e da burocracia como tecnologias ou conjunto de técnicas capazes de agir sobre pessoas e coisas possibilitam estabelecer certos paralelos entre modos de ação encontrados em contextos rituais, formas de mobilidade territorial e discursos e práticas políticas (Allard & Walker 2016). Desde 1970 o movimento indígena no Alto Rio Negro tem discutido e lutado em torno de direitos civis e políticos, bem como a representação na política partidária, a qual se expressa localmente como “desejo de ocupar o Estado”, em “ter vereadores, prefeito e vice-prefeito indígenas”, posicionando-se frente a e dentro de um Estado visto como “inimigo”, “algoz” e predominantemente “ocupado por brancos” (Iubel 2018: 364). De acordo com a autora, a organização do movimento indígena em torno de associações resultou na instauração de “novas estruturas de organização política, prerrogativas, habilidades e capacidades fortemente voltadas a relações exteriores, que promoveram novas distinções internas” (Iubel 2018: 363). Com as novas formas de organização política, as exigências legais condicionaram o surgimento de representantes escolarizados para lidar com a burocracia, com domínio do português, e até mesmo capacitados para o uso de computadores (Iubel 2018). A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), uma das maiores associações indígenas no Brasil, evidencia a importância do agenciamento da lógica burocrática e da manipulação de documentos escritos como forma de fazer política (Soares 2012; Iubel 2018).

Neste ponto, é importante levar em consideração a forma como o processo colonial afetou diferentemente os grupos indígenas de acordo com a localização geográfica. Povos Tukano Oriental e Aruak, que ocupavam os grandes rios, foram inicialmente mais atingidos pelos agentes coloniais, reforçando a oposição entre “índios do rio” e “índios do mato” como coextensiva à oposição entre civilizados e não-civilizados ao longo do processo histórico. A distinção entre “índios do rio” e “índios do mato” na literatura etnológica regional assumiu a forma de um “grande divisor” que orientou as teorias etnográficas sobre os povos Naduhup, distinção que se coloca como uma variação da oposição entre sociedades simples e sociedades complexas (Marques & Ramos 2019). De um lado, povos horticultores e sedentários que habitam os grandes rios e se organizam de forma hierárquica. De outro, povos caçadores e

coletores nômades e seminômades que habitam as zonas interfluviais, com agricultura pouco desenvolvida e organização igualitária (Marques 2009). A presença na cidade, a escolarização, o domínio da língua portuguesa, o acesso a bens manufaturados obtidos por meio dos empregos e benefícios sociais constituem o modo de vida “civilizado”, na qual os grupos Yuhupdeh e Hupd’äh ainda são considerados “atrasados”. Os empregos e benefícios sociais entre povos historicamente considerados inferiores no sistema regional, cuja presença na cidade se intensifica paulatinamente, traz à tona as tensões interétnicas no contexto de proximidade com o mundo dos brancos, reverberando nas relações sociopolíticas no sistema social regional. Em razão desse conjunto de fatores, em 2013, os povos Naduhup foram considerados de “recente contato” pela FUNAI<sup>3</sup> (Junio Felipe 2018).

A oposição entre oralidade e escrita não seria pertinente para entender as apropriações dos documentos e da burocracia por coletivos indígenas com pouco domínio da língua portuguesa, como é o caso dos coletivos Yuhupdeh e Hupd’ah. A presença de documentos burocráticos se dá, muitas vezes, antes da alfabetização, de modo que os usos e manejos dos documentos precedem a capacidade de lê-los (Walker 2016). Sendo assim, importa entender as dimensões estéticas e performativas do manejo de documentos. Lévi-Strauss (1957) já notara a dimensão performativa da escrita em sua experiência com os Nambikwara, quando o chefe do grupo lhe pedira um bloco de papel no qual traçou horizontalmente algumas linhas onduladas, como se estivesse escrevendo uma lista de objetos, verbalizando em seguida as informações que deveriam estar na folha (Lévi-Strauss 1957: 314). Apesar de identificar o mesmo gesto entre outros Nambikwara, Lévi-Strauss argumenta que apenas o chefe “compreendera a função da escrita”, uma vez que não se tratava de “conhecer, de reter ou de compreender, mas de aumentar o prestígio e autoridade de um indivíduo” (Lévi-Strauss 1957: 316). Enquanto a realidade da escrita permanecia estranha ao chefe Nambikwara, “seu símbolo fora apropriado”. Pensando a produção de relatórios entre os Yuhupdeh, a eficácia depende de seus aspectos estéticos e performativos, sendo redigidos em linguagem formal, com uso de determinados

---

<sup>3</sup> A FUNAI classifica como “Povos de Recente Contato” populações indígenas atingidas por fatores de vulnerabilidade como a) a ausência de ações diferenciadas e específicas de atenção à saúde e prevenção de doenças infectocontagiosas; b) a introdução de sistemas educacionais que não estão embasados em modelos metodológicos diferenciados e específicos, ou seja, que não atendem a uma relação de reconhecimento de outras formas de alteridade; c) a presença de missionários que desenvolvem o proselitismo religioso nas terras indígenas; d) a introdução de dinâmicas de uma economia de mercado e de consumo, sem o estabelecimento de diálogo com os povos indígenas quanto às expectativas e perspectivas dessas novas relações, e um acompanhamento que busque a valorização de suas próprias formas de organização econômica” (FUNAI 2021: 2).

pronomes de tratamento, como “excelentíssimo” para se dirigir ao prefeito, e inscritos com carimbos e assinaturas das lideranças e membros das comunidades.

O domínio do português e da escrita constituem habilidades valorizadas nas interações com o Estado e nas mobilizações políticas dos Yuhupdeh, conferindo aos professores certa posição de prestígio no interior das comunidades. Nesse sentido, a escrita e os documentos representam dimensões fundamentais do relacionamento entre povos indígenas e Estado, de modo que o domínio da escrita e o domínio da lógica burocrática tornaram-se uma prerrogativa para as posições de liderança nas comunidades e nas associações indígenas (Soares 2012). A presença de associações indígenas articuladas como a FOIRN mostra que, se as práticas de escrita do Estado consolidam o controle sobre sujeitos, populações, territórios e vidas, há muitos espaços, formas e práticas em que o Estado é constantemente experimentado, construído e desconstruído através da ilegibilidade de suas próprias práticas, documentos e palavras (Das & Poole 2004: 9-10). Apesar de os coletivos Yuhupdeh<sup>4</sup> e Hupd’äh também se organizarem em associações, os usos e apropriações dos documentos e da burocracia não se dão apenas no âmbito dos movimentos indígenas institucionalizados, mas a partir das próprias comunidades que agenciam a escrita e a lógica burocrática como forma de criar canais de comunicação com agências e agentes estatais em torno de direitos, denúncias e solicitações, como a experiência de coletivos Yuhupdeh e Hupd’äh vêm mostrando nas práticas e discursos políticos por meio dos “relatórios” e pelas apropriações políticas do PGTA.

Um exemplo significativo do agenciamento burocrático com implicações sociopolíticas é a discussão em torno do termo Maku, cujo caráter pejorativo levou esses coletivos a se articularem com antropólogos e linguistas na elaboração de uma nova definição para designar a família linguística que inclui os Döw, Nadëb, Hupd’äh e Yuhupdeh, chegando ao termo Naduhup, como sugerido nos trabalhos de Epps e Bolanos (2017). Além da difusão por uma extensa área geográfica, o termo Maku tem registros que datam do século XVII, sendo apropriado tanto por cientistas e viajantes no século XIX, como por missionários, antropólogos, linguistas e agentes estatais ao longo do século XX (Lolli 2016: 180). No entanto, nos últimos anos esses coletivos passaram a recusar essa denominação, pedindo o reconhecimento dos respectivos etnônimos de autorreferência nos documentos oficiais, além da mudança do termo para a família linguística.

---

<sup>4</sup> Os Yuhupdeh se organizam em duas associações, embora ambas estejam em situação de inadimplência: a Associação das escolas e comunidades indígenas do povo Yuhupdeh (AECIPY) e a Associação das comunidades indígenas do Rio Castanho (ACIRC).

Na edição mais recente do PGTA (FOIRN 2021), o termo Naduhup foi substituído por Naduhupy, e o acréscimo da letra “y” se deu em razão da insistência de lideranças Yuhupdeh durante uma reunião. Em uma nota de rodapé no documento, explicava-se a adoção do termo Naduhupy na publicação em questão, que não se deu por critérios técnicos relacionados à linguística, mas a partir do pedido de lideranças Yuhupdeh que alegavam a importância da letra y no termo. Neste ponto, as reflexões de Munn (1986) sobre a fama e a circulação de nomes no Kula de Gawa parecem pertinentes para pensar a insistência das lideranças Yuhupdeh, assim como a adoção de um novo termo para a família linguística. Como explica Munn, a fama é uma forma virtual de influência que circula através dos nomes. O objetivo do operador do Kula não é obter riqueza ou poder, mas a expansão de seu "self" no espaço-tempo intersubjetivo. Da mesma forma, mais que um detalhe desprezível, a insistência no acréscimo do “y” parece estar relacionado à importância conferida à representação gráfica, a qual possibilita a expansão da capacidade de ação e influência, não se limitando à simples representação, mas agenciando diferentes escalas através da circulação do nome nos documentos oficiais.

O uso de documentos escritos para estabelecer comunicação com o poder público é um exemplo de como esses artefatos são mediadores de reivindicações relacionadas ao modo de vida contemporâneo dos Yuhupdeh, associados à presença na cidade e ao consumo de produtos industrializados, mas também a demandas por direitos políticos e sociais, como projetos de educação, saúde e infraestrutura para as comunidades. Um relatório enviado à SEMED (Secretaria Municipal de Educação) por Américo Araújo, liderança yuhupdeh e professor da comunidade de São Domingos, em janeiro de 2019, solicitava que professores de outras etnias não pudessem mais lecionar na comunidade devido a alguns conflitos com o último professor tukano. O documento foi escrito por Américo e assinado pelas lideranças e moradores da comunidade. O mesmo documento foi enviado à FUNAI, que reforçou o pedido à SEMED após pedir uma cópia carimbada do papel como forma de conferir mais legitimidade à solicitação. Em outra ocasião, Américo acionou a FUNAI para solicitar que um Yuhupdeh fosse contratado como API (Assessor Pedagógico Indígena), cargo até então nunca ocupado por pessoas desses grupos, desenvolvendo um documento para reforçar o pedido junto à SEMED. Em poucos meses, Américo foi nomeado API, ficando responsável por assessorar a calha do rio Tiquié. Outros documentos escritos e enviados à FUNAI solicitavam materiais para construção, recursos para a realização de eventos, além de cobrar apoio para as associações e comunidades, oferecendo um campo interessante para a reflexão etnográfica junto a esses grupos.

Ainda que os documentos possam estabelecer novas formas de comunicação, não significa que haja compreensão mútua nas interações mediadas por documentos, um aspecto que nos leva de volta à questão da performatividade da escrita e suas relações com modos de ação e influência encontrados em contextos políticos e rituais. Como observa Allard (2012) entre os Warao, os documentos são um meio de interação opaco, cujo significado está longe de ser compartilhado, embora sejam o local de ajustes equívocos e compatibilidades parciais. Os Warao associam a eficácia dos documentos às características pragmáticas da escrita, que possibilitam uma “compatibilidade equívoca” na comunicação com agentes administrativos e políticos da Venezuela como forma de obter dinheiro e mercadorias. Como mostra Allard (2012), os documentos escritos envolvem uma dimensão performativa e são acionados não apenas para reivindicar direitos administrativos impessoais para o governo venezuelano, mas para eliciar compaixão nos interlocutores, revelando as dimensões políticas, econômicas e morais das interações mediadas por documentos.

Seguindo o mesmo caminho, Nahum-Claudel (2016) mostra como o uso dos documentos pelos Enawene-nawe, do noroeste do Mato Grosso, relaciona-se a ideologias de linguagem e práticas políticas consideradas um estilo de “diplomacia externa”. Para os Enawene-nawe, a troca de documentos nas relações com o Estado e com companhias hidrelétricas constitui uma dinâmica diplomática de abertura e fechamento pela qual demandam reconhecimento dos estrangeiros. Os Enawene-nawe instrumentalizam a não necessidade de entendimento mútuo ou comunicação genuína nas relações mediadas por documentos, um dos principais aspectos do formalismo burocrático, criando um estreito canal de reciprocidade em meio à limitação mútua de comunicação, implicando uma “forma não-discursiva e burocratizada de eficácia nas relações políticas interétnicas” (Nahum-Claudel 2016: 181). A troca de documentos, portanto, é modelada como um troca de falas diplomáticas, de modo que a troca de documentos, palavras e bens, segundo a autora, sustenta relações consideradas “simétricas” e ponderadas com estrangeiros. O uso dos documentos assume a forma do uso de palavras em “diálogos cerimoniais” (Nahum-Claudel 2016: 181), centrados antes nas características pragmáticas da fala que em seu significado, como forma de projetar o reconhecimento nas relações com os outros, combinando elementos que envolvem o conjunto geral das relações morais entre os Enawene-Nawe.

Na Amazônia peruana, Walker (2016) explora ideologias locais de linguagem e poder veiculadas através documentos escritos entre os Urarina, focalizando suas qualidades performativas. Apesar da importância dos documentos escritos para as relações com o

Estado peruano, os Urarina valorizam os documentos por seu poder persuasivo e capacidade de estender a influência pessoal através de distâncias espaciais e temporais. Os documentos estabelecem conexões entre mundos fenomenais e não fenomenais, codificando vozes em formas materiais através de “modalidades de transdução semiótica” que realizam a conversão da fala para a escrita e da escrita para a fala, demonstrando como o uso de documentos está associado a certos gêneros de discursos rituais e práticas culturais entre os Urarina (Walker 2016: 12).

Na região do alto rio Negro, algumas pesquisas etnográficas contribuem para pensar os usos e as apropriações dos documentos e sua associação com padrões de mobilidade, formas de conhecimento e modos de ação xamânicos (Hugh-Jones 2012; Andrello 2004; Ramos 2013; Moreira Serra 2017; Ramos & Epps 2018). Essas pesquisas contribuem para reflexões sobre o lugar da escrita entre os povos indígenas da região, especialmente suas relações com as práticas políticas dos coletivos e associações indígenas. Não por acaso, o mapeamento de lugares sagrados pelos movimentos indígenas regionais e o registro de narrativas associadas às toponímias têm sido fundamentais para a autogestão territorial e ambiental, contribuindo para o reconhecimento do sistema de conhecimento dos xamãs jaguares do Jurupari pela UNESCO, bem como das cachoeiras de Iauaretê como patrimônio imaterial brasileiro pelo IPHAN (Andrello 2012).

Hugh-Jones (2012: 138) argumenta que as tradições orais de mito e história no alto rio Negro podem ser consideradas “tradições escritas”, uma vez que são inerentemente iconográficas, expressando-se em diferentes modalidades de discurso e música, como histórias narrativas, cantos rituais, benzimentos xamânicos, cantos de dança e música instrumental. Como destaca Hugh-Jones (2012: 140), as diferentes línguas indígenas da região frequentemente traduzem como “escrita”, quando falam em português ou espanhol, as palavras para desenhos feitos por pessoas, pintados, gravados ou trançados, bem como as marcas e padrões presentes nos corpos dos animais. Entre os Barasana, o termo *~bá*, traduzido por “caminho”, é usado para se referir a sequências narrativas, sequências de lugares ou linhas de pensamento, sendo um classificador nominal aplicado a qualquer caminho estreito e longo, e a linhas, cipós ou objetos que se assemelham a um fio (Hugh-Jones 2012: 146). Nesse sentido, episódios míticos se desenrolam em lugares particulares e envolvem seres e itens que figuram em cantos e benzimentos xamânicos, do mesmo modo que os nomes dos seres e objetos também aparecem em cantos de dança que, por sua vez, evocam os mitos e as narrativas, mostrando como modos orais, visuais, gráficos, materiais, arquiteturais e geográficos trabalham juntos em

sistemas integrados de memória e enumeração (Hugh-Jones 2012: 159). A transformação dos cantos e benzimentos a partir dos programas de etnoeducação e escolas indígenas, que resultaram na recente produção de livros, mapas, diagramas e calendários, demonstram continuidades entre o velho e o novo, entre a “escrita na pedra” e a “escrita no papel”.

Andrello (2004) mostra alguns paralelos entre as capacidades xamânicas e a escrita dos brancos a partir da expressão *kumu-papera*, o “xamã do papel”, utilizada para se referir aos antropólogos entre grupos Tukano e Tariano de Iauaretê. O poder veiculado pelo sopro de palavras entre os xamãs indígenas manifesta-se entre os brancos, inscrito nos papéis (Andrello 2004: 246). Os papéis constituem a manifestação visível dos conhecimentos monopolizados pelos brancos, sendo uma de suas principais formas de subjetivação. Andrello (2004: 246-47) aponta que a origem dos brancos e de seus artefatos não se diferencia do esquema mítico de origem de todas as coisas. Classificados como *apeka* entre grupos Tukano do Uaupés, traduzido por “coisas de outros”, o dinheiro e as mercadorias dos brancos existem desde os primórdios da humanidade como parte do conjunto de transformações que originou os grupos indígenas e assegura sua reprodução nos dias atuais. Assim como outros *apeka*, os documentos constituem suportes materiais de capacidades subjetivas que podem incrementar aquelas herdadas dos antepassados, veiculadas por nomes e enfeites, mostrando que essas capacidades podem ser capturadas do exterior.

Esse conjunto de pesquisas antropológicas em diferentes contextos etnográficos dentro e fora do Alto Rio Negro demonstra como as práticas sociais e cosmológicas se materializam nas interações mediadas por documentos escritos, expandindo a capacidade de ação e influência através de distâncias espaciais e temporais, características da escrita associadas a agenciamentos xamânicos em muitos contextos Amazônicos.

Writing and shamanism are often seen as intimately connected with the well-being of the community and as technologies of persuasion—ritualized forms of intervention that sometimes seek to act directly on the world but often involve soliciting assistance from others in order to achieve set goals. This can involve an insistence on formality and repetition, as well as forms of semiotic transduction, through processes of materialization and dematerialization that are central to shamanic practice (Walker 2016: 17).

Se, por um lado, o tema da burocracia se encontra intimamente associado ao xamanismo em contextos etnográficos amazônicos, a associação entre mobilidade, xamanismo e burocracia revela alguns interessantes caminhos analíticos para pensar as implicações dos documentos nas

práticas políticas e formas de mobilidade entre os Yuhupdeh. Ao explorar as relações entre discurso xamânico e mobilidade territorial, Ramos e Epps (2018) mostram como as formas e práticas discursivas do xamanismo convergem com os deslocamentos, itinerários e movimentos na paisagem florestal entre os Hupd’äh, evidenciando implicações mútuas entre agência xamânica e agência perambulatória (Ramos & Epps 2018). A agência xamânica é um modo de ação marcado pela mobilidade do benzedor através de sua palavra e de seu deslocamento cosmológico (pessoa-sopro), constituindo uma viagem entre diferentes planos cósmicos. A noção de “viagem” é uma metáfora fundamental para o xamanismo no alto rio Negro, sendo o xamã o único sujeito capaz de estabelecer e manter aberto os canais de comunicação entre diferentes planos (Lolli 2010), através do “caminho” produzido por palavras, sopros e deslocamentos (RAMOS; EPPS, 2018). Nesse sentido, como pensar as relações entre mobilidade, política e xamanismo no contexto de viagens cada vez mais frequentes a São Gabriel da Cachoeira entre os coletivos Yuhupdeh e Hupd’äh?

### **Mobilidade, política e burocracia**

A experiência Yuhupdeh da burocracia não poderia ser analisada sem levar em consideração a mobilidade territorial, não somente em razão das viagens mais frequentes a São Gabriel da Cachoeira, mas por constituir uma das principais características da socialidade dos povos Naduhup tematizadas na literatura etnológica, consolidando a imagem de caçadores e coletores nômades e seminômades desde os trabalhos de Koch-Grünberg (2005 [1909], 2010 [1906]), Tastevin (1923) e Nimuendajú (1982). As pesquisas de Silverwood-Cope (1990) e Reid (1978, 1979) exploram os padrões de mobilidade e a alternância entre a aldeia, a floresta e o trabalho nas aldeias Tukano. Já Pozzobon (2011), além de discutir a dinâmica de alternância entre assentamento, povoados ribeirinhos e acampamentos de caça, faz reflexões sobre parentesco e organização social a partir das noções de fluidez e improviso nas regras sociais, ressaltando a influência dos conflitos entre agnatos nos processos de fissão e mobilidade social entre esses grupos, um dos principais mecanismos de resolução de conflitos.

Em pesquisas mais recentes, os trabalhos de Ramos (2013) e Lolli (2010; 2011) exploram a relação entre mobilidade, xamanismo e vida ritual, o primeiro focado mais precisamente nas rodas de *ipadu*<sup>5</sup> e tabaco entre os Hupd’äh, e o segundo descrevendo a rede de

---

<sup>5</sup> *Ipadu* ou *sohó* em yuhup, é um composto feito a partir de folhas de coca torradas e moídas, temperado com cinzas de folhas de embaúba, amplamente apreciado na região.

trocas rituais que envolvem as flautas Jurupari entre os Yuhupdeh do igarapé Castanha. Já o trabalho de Marques (2015) entre os Hupd'äh discute as transformações espaço-temporais no Alto Rio Negro, abordando a questão das viagens a São Gabriel da Cachoeira e suas implicações no padrão de mobilidade social. A etnografia de Junio Felipe (2018) aborda a temática da mobilidade espacial para compreender as formas de habitar e conhecer o mundo entre os Yuhupdeh do baixo Tiquié, concentrando-se no modo pelo qual os Yuhupdeh relatam sua própria história, que abrange desde o surgimento no tempo mítico até o momento atual de frequentes deslocamentos à cidade.

Como principais mediadores nas relações com o mundo dos brancos, os documentos estão intimamente associados à mobilidade, e sua posse permite não apenas o trânsito, mas a capacidade de exercer influência nas interações com diferentes atores indígenas e não indígenas. Moreira Serra (2017) apresenta uma reflexão interessante a partir da noção de “*píb k'èt*” (*folhas de força*), forma como alguns Hupd'äh costumavam nomear os documentos. Como na noção de *kumu-papera*, os papéis são associados a noções de “força” e “poder”, fundamentais para “ser conhecido” e solicitar “ajuda” nas instituições públicas na posição de cidadãos brasileiros. No exemplo apresentado por Moreira Serra (2017: 231) a partir de uma fala de Américo Socot, liderança e professor Hupd'äh, os lugares e instituições pelas quais se pode circular estão sujeitos à posse de documentos, evidenciando a associação entre poder e mobilidade na noção de “*píb k'èt*”. Essa associação não é estranha a outros contextos etnográficos, nos quais a burocracia e os documentos estão conectados à regulação dos movimentos e à capacidade de manobra nas relações com não indígenas (PENFIELD, 2016).

Entre os Sanema, Penfield (2016) explora a capacidade de manobra engendrada pela burocracia a partir dos padrões de mobilidade e experiências corporais dos aparatos administrativos do Estado. Como mostra Penfield, a capacidade de manobra nas relações com atores políticos estrangeiros através do aprendizado da burocracia tem raízes nas práticas de conhecimento intimamente vinculadas à mobilidade física e social. Para os Sanema, documentos estão ligados à experiência da cidadania, e embora ofereçam uma prova de identidade como cidadãos de uma nação, também moldam os indivíduos como sujeitos móveis que se tornam atores visíveis e participantes dentro dos aparatos estatais. Nesse sentido, as práticas corporais envolvidas nos processos burocráticos são tão significantes quanto os próprios papéis, evidenciando como as práticas de documentação podem imprimir seu poder sobre as experiências de movimento, passagem e acesso no interior dos aparatos do Estado (Penfield 2016: 181).

Ainda na Venezuela, no alto Orinoco, Gonçalves Martín (2016) discute a produção de documentos entre agentes de saúde Yanomami como “tecnologias médicas” estrangeiras e “objetos relacionais” que abrem conexões com o mundo dos outros, permitindo “ser” e “fazer” como médicos, bem como agir no mundo napë e trazer coisas de volta. Menos que artefatos de informação e prestação de contas, os documentos para os Yanomami possuem a capacidade de viajar e abrir caminhos ou conexões com outros (Gonçalves Martín 2016: 137). Ao abrirem e transitarem pelo “caminho da saúde” (“path of health”) através dos documentos médicos, os Yanomami não apenas realizam a abertura ao Outro, capturando a energia criativa da alteridade, mas buscam controlar os caminhos abertos em direção a seu próprio mundo.

Entre os Yuhupdeh, os documentos também estão relacionados à capacidade de expandir as redes de relações, bem como à possibilidade de exercer influência em diferentes escalas, evidenciando a associação entre agenciamentos burocráticos, mobilidade e política entre esses coletivos. Em São Gabriel da Cachoeira era muito comum escutar que o atual prefeito foi eleito a partir dos votos dos Hupd’äh e Yuhupdeh. Os Yuhupdeh, por sua vez, reconheciam o apoio dado à campanha do prefeito e a força coletiva de seus votos, de modo que não hesitavam em cobrar a retribuição pela “ajuda”. Ramos (2013: 263) e Moreira Serra (2017) apresentam um exemplo semelhante entre os Hupd’äh, mencionando a reivindicação por uma casa de apoio específica sob o argumento de retribuição pelos votos dados ao prefeito. Em outro exemplo apresentado por Moreira Serra (2017: 199), um Yuhupdeh relacionava o pagamento do Bolsa Família à ajuda para eleger a ex-presidente Dilma a partir dos votos de toda a comunidade. Em certa ocasião, um Yuhupdeh me mostrou os CPFs recém plastificados de seus filhos, mencionando que precisava emitir seu CPF e Título de Eleitor para ter a “documentação completa” e poder votar para prefeito, governador e presidente. Mais que participar dos processos eleitorais locais, é possível sugerir que o uso dos documentos tem o potencial de expandir as redes de ajuda e apoio, ampliando a capacidade de agenciar relações em escalas maiores, extravasando os limites geográficos de São Gabriel da Cachoeira. Nesse sentido, os documentos não se definem apenas pelo controle administrativo do Estado, uma vez que os seus usos e as suas apropriações implicam determinadas formas de exercer influência política para além da escala local. Retomando o exemplo de Moreira Serra, a posse de documentos garante o trânsito por lugares que ultrapassam São Gabriel, como Manaus e Brasília, destacando uma agência definida pela capacidade de produzir formas de mobilidade características do xamanismo no alto rio Negro.

## Considerações finais

Esse trabalho propôs uma discussão a respeito dos usos e das apropriações dos documentos e da burocracia a partir de suas implicações nas práticas políticas e formas de mobilidade dos coletivos Yuhupdeh, tomando como exemplos a participação nos PGTA e a escrita de documentos para estabelecer comunicação com agentes e agências estatais. Como busquei argumentar, a produção e circulação de documentos não deve ser analisada apenas do ponto de vista do funcionamento das organizações burocráticas e das formas de governo das populações indígenas, mas a partir das práticas e dos conhecimentos implicados nos usos e nas apropriações desses artefatos materiais nas formas indígenas de fazer política no alto rio Negro. Associados à capacidade de expandir as redes de relações, os documentos possibilitam exercer formas de ação e influência em diferentes escalas, evidenciando a associação entre agenciamentos burocráticos, mobilidade e política entre esses coletivos. Garantindo o trânsito por lugares que ultrapassam São Gabriel da Cachoeira, como Manaus e Brasília, os usos e apropriações dos documentos destacam uma agência definida pela capacidade de produzir formas de mobilidade características das práticas e discursos xamânicos. Se, como observa Carneiro da Cunha (2009: 131), a política indígena é uma “elaboração ativa que permanentemente articula práticas sociais e cosmológicas com situações específicas”, os documentos ocupam um lugar de destaque nas mobilizações políticas entre os coletivos Yuhupdeh e Hupd’äh, que não ignoram a função política e social da escrita, agenciando a lógica burocrática para exercer influência política não apenas no mundo dos brancos, mas nas relações sociopolíticas do sistema social regional.

## Referências

- ALBERT, B. 1995. *O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza*. Brasília: DAN/UnB.
- ALBERT, B. 2014. “Situação etnográfica e movimentos étnicos: notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano”. *Campos*, 15(1): 129-144.
- ALLARD, O. 2012. “Bureaucratic Anxiety: Asymmetrical interactions and the role of documents in the Orinoco Delta”. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 2(2): 234–256.
- ALLARD, O & WALKER, H. 2016. “Paper, power, and procedure: Reflections on Amazonian appropriations of bureaucracy and documents”. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 21(3): 402–413.

- ANDRELLO, G. 2004. *Iauaretê: transformações sociais e cotidiano no rio Uaupés (alto rio Negro, Amazonas)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. IFCH/UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas.
- ANDRELLO, G. 2012. “Introdução: por que rotas de criação e transformação?”. In: ANDRELLO, G (org.), *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo: ISA/São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, pp. 8-15.
- ANDRELLO, G. (org.). 2012. *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo: ISA/São Gabriel da Cachoeira: FOIRN.
- ATHIAS, R. 1995. *Hupdah-Maku/Tukano: les relations inégales entre deux sociétés du Uaupés Amazonien (Brésil)*. Tese de Doutorado em Antropologia. Université de Paris X Nanterre.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. 2009. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac & Naify.
- DAS, V. & POOLE, D. 2004. “State and Its Margins: Comparative Ethnographies”. In: DAS, V. & POOLE, D. (eds.), *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press.
- EPPS, P. & BOLAÑOS, K. 2017. “Reconsidering the ‘Makú’ family of northwest Amazonia”. *International Journal of American Linguistics*, 83 (3): 467-507.
- FERREIRA, L. & LOWENKRON, L. 2020. *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-papers.
- FOIRN. 2021. *Plano de gestão indígena do alto e médio Rio Negro: PGTA Wasu*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN.
- FUNAI. 2021. *Povos indígenas isolados e de recente contato*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-aco/es/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato?start=1>. Acesso em 27/12/2021
- GONÇALVES MARTÍN, J. 2016. “Opening a path with papers: Yanomami health agents and their use of medical documents”. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 21(3): 434–456.
- GORDILLO, G. 2006. “The Crucible of Citizenship: ID-Paper Fetishism in the Argentinean Chaco”. *American Ethnologist*, 33(2): 162–176.
- HUGH-JONES, S. 1992. “Yesterday’s luxuries, tomorrow’s necessities: business and barter in northwest Amazonia”. In: HUGH-JONES, S. & HUMPHREY, C. (eds.), *Barter, exchange, and value: an anthropological approach*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 42–74.
- HUGH-JONES, S. 2012. “Escrever na pedra, escrever no papel”. In: ANDRELLO, G. (org.), *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo: ISA/São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, pp. 138-167.

HULL, M. 2012a. “Documents and bureaucracy”. *Annual Review of Anthropology*, 41: 251–267.

HULL, M. 2012b. *Government of Paper: The Materiality of Bureaucracy in Urban Pakistan*. Berkeley: University of California Press.

IUBEL, A. F. 2018. “Relações exteriores nas políticas indígenas em São Gabriel da Cachoeira: indigenização da prefeitura e incorporação de alteridades”. *Revista de Antropologia*, 61(1): 360-380.

JUNIO FELIPE, H. 2018. *Falas, lugares e transformação: Os Yuhupdeh do baixo rio Tiquié*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos.

KOCH-GRÜNBERG, T. 2005[1909]. *Dois anos entre os indígenas*. Manaus: EDUA/ FSDB.

KOCH-GRÜNBERG. 2010[1906]. “Die Maku”. In: BECERRA, G. (org.), *Vivendo en el bosque*. Medellín: Ed. Universidad Nacional de Colombia, pp. 29-36.

LÉVI-STRAUSS, C. 1957. *Tristes Trópicos*. Tradução de Wilson Martins. São Paulo: Anhembi.

LOLLI, P. 2010. *As redes de trocas rituais dos Yuhupdeh no igarapé Castanha, através dos benzimentos (mihdiid) e das flautas jurupari (Ti’)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. FFLCH. Universidade de São Paulo.

LOLLI, P. 2011. “Os Yuhupdeh vistos de outro lugar”. In: LIMA, E. C. & CÓRDOBA, L. (orgs.), *Os Outros dos outros: relações de alteridade na etnologia Sul-americana*. Curitiba: Editora Universidade Federal do Paraná.

LOLLI, P. 2016. “A plasticidade Maku”. *Revista Ilha*, 18(2):177-198.

LOWENKRON, L. 2015. “Resenha de HULL, M. 2012. Government of paper: the materiality of bureaucracy in urban Pakistan”. *Mana*, 20: 624-627.

MACHADO, C.D.M. 2012. *Índio ou cidadão: uma discussão sobre os desafios da promoção e proteção social no âmbito da política indigenista brasileira*. Dissertação de Mestrado em Política Social. ICH/Universidade de Brasília.

MARQUES, B. R. 2009. *Figuras do Movimento: os Hupda na literatura etnológica do Alto Rio Negro*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARQUES, B. R. 2015. *Os Hupd’äh e seus mundos possíveis: transformações espaço-temporais do Alto Rio Negro*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARQUES, B. R. & RAMOS, D. P. 2019. “Dissoluções necessárias: a perspectiva dos Hupd’äh nas relações do ‘sistema regional do Alto Rio Negro’”. *Espaço Ameríndio*, 13(2): 104-131.

MEIRA, M. A. F. 2017. *A persistência do aviamento: Colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. Tese de Doutorado em Memória Social. CCHS/UNIRIO.

MOREIRA SERRA, R. 2017. *Signos de pobreza: uma etnografia dos Hupdäh e dos benefícios sociais no alto rio Negro*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. CFCH/Universidade Federal de Santa Catarina.

MUNN, N.D. 1986. *The Fame of Gawa. A Symbolic Study of Value Transformation in a Massin (Papua New Guinea) Society*. Cambridge: Cambridge University Press.

NAHUM-CLAUDEL, C. 2016. “The to and fro of documents: vying for recognition in Enawene-nawe dealings with the Brazilian state”. *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 21(3): 478-496.

NIMUENDAJÚ, C. 1982. *Textos indigenistas*. São Paulo: Ed. Loyola.

PENFIELD, A. 2016. “Maneuvering for Paper: Physical and Social Experiences of Bureaucracy in Venezuelan Amazonia”. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 21(3): 478-496.

POZZOBON, J. 1991. *Parente et demographie chez les indiens Maku*. Tese de Doutorado em Antropologia. Université de Paris VII.

POZZOBON, J. 2011. *Sociedade e improviso: estudo sobre a (des)estrutura social dos índios Maku*. Rio de Janeiro: Museu do Índio.

RAMOS, Danilo Paiva. 2013. *Círculos de coca e fumaça: encontros noturnos e caminhos vividos pelos Hupd'äh (Maku)*. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade de São Paulo.

RAMOS, D. & EPPS, P. 2018. “Caminhos de sopro: discurso xamânico e percursos florestais dos Hupd'äh”. *Mana*, 24(1): 2018.

REID, H. 1979. *Some aspects of movement, growth, and change among the Hupdü Makú indians of Brazil*. Tese de Doutorado em Antropologia. Cambridge University.

REID, H. 1978. “Dreams and their interpretation among the Hupd'äh Maku Indians of Brazil”. *Cambridge Anthropology*, 4(3): 2-29.

RILES, A. 2006. “Introduction: In response”. In: RILES, A. (ed.), *Documents: artifacts of modern knowledge*. Ann Arbor: University of Michigan Press, pp. 1-38.

SILVERWOOD-COPE, P. L. 1991. *Os Makú: povo caçador do nordeste da Amazônia*. Brasília: Editora UnB.

SHARMA, A. & GUPTA, A. 2006. “Introduction: Rethinking Theories of the State in an Age of Globalization”. In: SHARMA, A. & GUPTA, A. (eds.), *The Anthropology of the State: A Reader*. Oxford: Blackwell, pp. 1-42.

SOARES, R. M. 2012. *Das comunidades à federação: associações indígenas do alto Rio Negro*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

SZTUTMAN, R. 2013. “As metamorfoses do contra-Estado: Pierre Clastres e as políticas ameríndias”. *Ponto Urbe*, 13: 1-19.

TASTEVIN, P.C. 1923. “Les Makú du Japurá”. *Journal de la Société des Américanistes*. Paris, 15(1): 99-108.

WALKER, H. 2016. “Documents as Displaced Voice: Writing among Amazonian Urarina”. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 21(3): 1–20.

WRIGHT, R. 2005. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. Campinas: Mercado de Letras/São Paulo: ISA.